

Demonstrações Financeiras

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

31 de dezembro de 2022

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Conselheiros da
Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

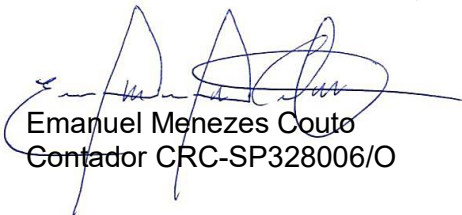
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Emanuel Menezes Couto
Contador CRC-SP328006/O

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Balancos patrimoniais
31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	793	1.582
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	220.530	170.166
Títulos e valores mobiliários vinculados (Nota 5)	35.039	6.749
Contas a receber (Nota 6)	70.807	49.535
Estoques (Nota 7)	8.557	10.868
Outras contas a receber	1.282	1.404
	337.008	240.304
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	303.117	151.233
Depósitos judiciais	2.119	2.317
Outras contas a receber	366	582
	305.602	154.132
Imobilizado (Nota 8)	160.654	102.742
Intangível (Nota 9)	874	1.244
Ações recebidas em doações	-	14
Propriedade para investimento (Nota 10)	35.762	35.762
	197.290	139.762
Total do ativo	839.900	534.198

	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	35.615	28.284
Salários e contribuições sociais (Nota 12)	16.882	14.623
Adiantamento de clientes	1.380	1.737
Subvenções (Nota 2.11 (a))	35.039	6.749
Parcelamento de impostos	127	127
Receitas diferidas	300	300
Outras contas a pagar	581	614
	89.924	52.434
Não circulante		
Investimentos subsidiados (Nota 2.11 (c))	20.489	15.020
Parcelamento de impostos	313	404
Provisão para contingências (Nota 13)	9.488	4.454
Receitas diferidas	150	450
	30.440	20.328
Total do passivo	120.364	72.762
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Patrimônio social	461.436	380.812
Superávit acumulado	258.100	80.624
Total do patrimônio líquido	719.536	461.436
Total do passivo e patrimônio líquido	839.900	534.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Receitas Operacionais		
Receitas com atividades hospitalares		
Convênios	250.041	201.545
Particular	11.855	5.212
SUS	9.607	5.572
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	2.836	4.781
(-) Dedução da receita	(12.464)	(13.228)
	261.875	203.882
Receitas com atividades ambulatoriais		
Convênios	15.635	13.365
Particular	7.215	6.084
SUS	33.961	35.859
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	9.331	8.395
(-) Dedução da receita	(1.790)	(2.076)
	64.352	61.627
Receitas institucionais		
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	703	694
Investimentos subsidiados (Nota 17)	2.122	2.000
Receitas com doações (Nota 15)	219.667	95.422
Receitas financeiras (Nota 19)	64.222	13.312
Gratuidades concedidas (Nota 23)	84.411	71.280
Voluntariado (Nota 20)	1.524	1.107
Outras (Nota 18)	16.221	14.340
(-) Dedução da receita	(911)	(626)
	387.959	197.529
Total das receitas	714.186	463.038

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações do resultado--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Despesas Operacionais		
Despesas com atividades hospitalares		
Despesas com pessoal	(36.829)	(31.144)
Despesas com material	(101.389)	(72.621)
Despesas com prestação de serviços	(29.963)	(27.170)
Despesas administrativas e gerais	(2.813)	(2.375)
	(170.994)	(133.310)
Despesas com atividades ambulatoriais		
Despesas com pessoal	(58.657)	(55.426)
Despesas com material	(21.114)	(24.536)
Despesas com prestação de serviços	(9.909)	(7.179)
Despesas administrativas e gerais	(5.475)	(5.192)
	(95.155)	(92.333)
Despesas com atividades institucionais		
Despesas com pessoal	(46.730)	(43.532)
Despesas com material	(6.641)	(3.388)
Despesas com prestação de serviços	(19.454)	(16.442)
Despesas com doação	(9.095)	(4.583)
Despesas administrativas e gerais	(20.541)	(15.180)
Despesas financeiras e bancárias	(1.541)	(1.259)
Gratuidades concedidas (Nota 23)	(84.411)	(71.280)
Voluntariado (Nota 20)	(1.524)	(1.107)
	(189.937)	(156.771)
Total das despesas	(456.086)	(382.414)
Superávit do exercício	258.100	80.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados; portanto não é apresentada a demonstração do resultado abrangente.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2021	306.739	74.073	380.812
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	74.073	(74.073)	-
Superávit do exercício	-	80.624	80.624
Em 31 de dezembro de 2021	380.812	80.624	461.436
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	80.624	(80.624)	-
Superávit do exercício	-	258.100	258.100
Em 31 de dezembro de 2022	461.436	258.100	719.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa método indireto das atividades operacionais		
Superávit do exercício	258.100	80.624
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (Notas 8 e 9)	11.149	10.430
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida (Nota 13)	5.034	523
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6)	(3.860)	(132)
Constituição (reversão) de provisão glosas (Nota 6)	2.386	5.883
Baixas de ativo imobilizado (Notas 8)	5.809	1.812
Baixas de ativo intangível (Nota 9)	-	1
Reversão de provisão para perda no ativo imobilizado (Nota 8)	(5.563)	(52)
Provisão para perda de estoques (Nota 7)	54	-
Ativos imobilizados recebidos por doações (Nota 8)	(2.745)	(704)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(19.798)	(12.688)
Estoques	2.257	931
Depósitos judiciais	198	(599)
Outras contas a receber	338	(399)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	7.331	7.717
Salários e contribuições sociais	2.259	4.103
Adiantamento de clientes	(357)	(4.020)
Subvenções	28.290	(3.986)
Investimento subsidiado	5.469	(593)
Parcelamento de impostos	(91)	(136)
Receitas diferidas	(300)	(300)
Outras contas a pagar	(33)	93
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	295.927	88.508
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Movimentação líquida dos títulos e valores mobiliários	(230.538)	(56.424)
Venda e resgate de instrumentos financeiros	14	109
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	(66.192)	(31.659)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(296.716)	(87.974)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(789)	534
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	1.582	1.048
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 4)	793	1.582
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(789)	534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("AACD" ou "Associação") é uma entidade de caráter beneficente e filantrópico, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem por objetivo social promover a prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências físicas permanentes, temporárias ou decorrentes de outras patologias, especialmente de crianças e adolescentes, além de promover a sua adaptação ou readaptação social após a recuperação, e é regida pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de: prestação de serviços de saúde hospitalar e ambulatorial; doações espontâneas; dispensação de próteses, órteses e aparelhos ortopédicos; campanhas; subvenções; contribuições de associados e mantenedores; e receitas financeiras.

A AACD foi declarada de Utilidade Pública conforme a Lei Estadual nº 2.091, de 27 de dezembro de 1952 e o Decreto Municipal nº 19.265, de 25 de novembro de 1983. Também está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sob o nº 1073/CMDCA/2004.

A Associação entende que os recursos aplicados são suficientes para investimentos futuros e para manutenção de suas operações, por um prazo razoável de tempo, na eventualidade de ocorrência de situações adversas de qualquer natureza, sem impacto nos atendimentos prestados.

Impactos relacionados à pandemia Covid-19

A propagação da Covid-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Desde então, a Associação instituiu um Comitê de Crise, para gerenciamento dos planos de ação com o intuito de minimizar os impactos da Covid-19, tendo como principais objetivos preservar a saúde e integridade física das pessoas, especialmente colaboradores (funcionários, voluntários e terceiros) e pacientes.

Em 2022, a AACD realizou 88% do volume dos atendimentos de 2019, e no segundo semestre de 2022 já foi possível identificar a normalização dos atendimentos com a estabilização do controle das taxas de infecção da doença.

A AACD permanece priorizando a segurança e a saúde de seus colaboradores, voluntários e pacientes mantendo as seguintes medidas em 2022:

- a) Reforço contínuo das medidas preventivas como uso de EPI's por funcionários, voluntários e pacientes;
- b) Realização de testes de COVID-19 para funcionários e pacientes internados com suspeita ou sintomas de síndrome gripal;
- c) Monitoramento das etapas de vacinação dos funcionários;
- d) Reuniões semanais com a equipe de SCIH – Serviço de Controle de Infecção Hospitalar.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais -- Continuação

Além dessas medidas, a Associação, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas: a) Risco de continuidade operacional: A AACD não identificou elementos que configurem risco de continuidade operacional; b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment* – a Associação não identificou a necessidade de *impairment* nos seus ativos e c) Estoques: risco de perda por realização dos estoques, a AACD tem por política contábil o registro e a apresentação de seu estoque pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização, e a Associação não identificou risco de realização dos estoques.

A Administração da Associação também analisou eventuais impactos frente às suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas demonstrações financeiras por aumento de perdas esperadas em função ao risco de crédito associado às contrapartes, ou alteração significativa aos riscos que a Associação está exposta. Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas demonstrações financeiras, e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional, e são apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e considerando a Interpretação Técnica das "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)".

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho de Administração da Associação, em reunião realizada em 27 de março de 2023, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação--Continuação

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado "VJR".

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários registrados no ativo são instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustados ao seu valor justo em contrapartida do resultado do exercício. As cotas dos fundos de investimento são registradas pelo valor da última cota disponível, informado pelo administrador do fundo.

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A AACD não possui instrumentos financeiros classificados como VJORA.

Ativos financeiros – mensuração subsequente

Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- For mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados serão reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Classificação passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável *impairment* de ativos financeiros

A AACD adota o modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Esse modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para os títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, a Associação não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha e consideramos tipos de investimentos mais conservadores.

Para as contas a receber, a AACD estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito com clientes e planos de saúde, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Estoques

Avaliados pelo método do custo médio das compras ou de produção, ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Quando aplicável, é constituída provisão para perda dos estoques, sobre itens obsoletos ou morosos nas datas dos balanços.

2.6. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa.

Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado (superávit/déficit), quando ocorridos.

2.7. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis—Continuação

2.7. Intangível--continuação

resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A vida útil dos ativos intangíveis é de 5 anos, e a amortização é 20% ao ano.

2.8. Propriedade para investimento

Refere-se a propriedades mantidas para auferir receita de arrendamento, aluguel ou valorização de capital, mas não para venda no curso normal das operações, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A AACD decidiu manter suas propriedades para investimento mensuradas pelo custo histórico de aquisição. O valor justo estimado das propriedades para investimento encontra-se divulgado na Nota 10.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", os ativos não financeiros que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, com base nas análises efetuadas, não foram identificados indicadores de potencial redução do valor de recuperação em adição aos montantes anteriormente reconhecidos como perda, referente aos ativos das unidades em processo de encerramento, conforme descrito na Nota 8.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.11. Subvenções governamentais

a) Subvenções para custeio de projetos específicos

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", e apropriadas como receita, na rubrica "Subvenção, convênios e termos", quando da efetiva prestação do serviço para projetos específicos.

b) Subvenções para custeio para manutenção de unidades

Reconhecidas e apropriadas como Receita na rubrica "Subvenção, convênios e termos" mediante assinatura do convênio para manutenção das unidades por um período determinado.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Subvenções governamentais--Continuação

c) Subvenções para investimento

Referem-se a subvenções para a aquisição ou construção de bens que serão de responsabilidade da AACD. Referidas subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", no momento da aquisição do bem o valor sai da rubrica de "Subvenções" e passa para a rubrica de "Investimentos subsidiados", sendo apropriado como receita, na rubrica "Investimentos subsidiados", ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos ou construídos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". Adicionalmente, o bem adquirido ou construído é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado conforme critérios estabelecidos em Nota 2.6.

2.12. Provisões para contingências

A AACD é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da AACD.

2.13. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e dos encargos incorridos.

2.14. Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento da receita e apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência.

Receita

a) *Venda de produtos*

De acordo com o CPC 47, a receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, descontos e abatimentos concedidos. O reconhecimento da receita ocorre quando todos os riscos e benefícios relevantes inerentes ao produto são transferidos ao comprador; na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e fruídos para a Associação; e quando possa ser medida de forma confiável, com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

b) *Prestação de serviços*

A receita de prestação de serviços (atividades hospitalares e ambulatoriais) é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, independente do faturamento.

c) *Receita de doações*

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

d) *Voluntariado*

A Associação obedece rigorosamente à legislação vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal, Regional, Comitês e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros, integrantes dos Comitês, e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Apuração dos atendimentos financiados com recursos próprios (Gratuidades)

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes da AACD com deficiência são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS.

O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exige a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, para fins de apresentação na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, bem como na Nota 23, os valores relativos a gratuidades são demonstrados separadamente como receita e despesa no mesmo valor, sem gerar alteração do superávit do exercício.

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

Não foram identificadas alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022 ou após essa data que gerem impactos significativos nas atualizações das normas abaixo, de forma que não foram aplicadas em 2022 nas demonstrações financeiras:

- As alterações para 2022 foram CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1), abaixo destacamos apenas as alterações aplicáveis para a Entidade:
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
 - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações CPC 26/IAS 1);
 - Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).

A Associação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

2.18. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

2.18. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes -- Continuação

Alterações no CPC 26/IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Especifica os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante, como exemplo os empréstimos que podem exigir renegociação. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as demonstrações financeiras.

Alterações no CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros. As análises referentes as mudanças em divulgação serão concluídas até a data de entrada em vigor da norma.

Alterações no CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros: Inclui a definição de estimativas contábeis: valores monetários sujeitos às incertezas em sua mensuração. São exemplos de estimativas contábeis a perda de crédito esperada e o valor justo de um ativo ou passivo. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as demonstrações financeiras.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores prospectivos estimados que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- (a) Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6);
- (b) Provisão para glosas (Nota 6);
- (c) Vida útil estimada do imobilizado e do intangível (Notas 8 e 9);
- (d) Provisão para contingências (Nota 13);
- (e) Provisão para perda de estoques (Nota 7); e
- (f) Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	793	1.582
Total	793	1.582

5. Títulos e valores mobiliários

	Taxa de remuneração - 2022	2022	2021
Recursos próprios - circulante (a)			
Fundo de investimento	1,37% - 11,35%a.a	1.655	1.838
Operações compromissadas - CDBs	102,8% - 104% do CDI	218.875	168.328
		220.530	170.166
Recursos vinculados - circulante (b)			
Poupança		3.389	5.984
Fundo de investimento	1,37% - 11,35%a.a	31.650	765
		35.039	6.749
Recursos próprios - não circulante (c)			
CDB - DI	103,4% - 103,7% do CDI	303.117	151.233
Total		558.686	328.148

(a) As operações compromissadas foram realizadas com os bancos Bradesco, BV, Safra e Santander, estando lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários – CDB.

(b) Vinculados a projetos relacionados com subvenções governamentais (Nota 2.11 (a) e (c)).

(c) As operações se referem a aplicações em CDB-DI no Banco Santander com resgate em março de 2024 e no Bradesco com resgate em janeiro de 2025.

6. Contas a receber

a) As contas a receber são demonstradas como segue:

	2022	2021
Convênios e planos de saúde	73.043	54.210
Sistema Único de Saúde (SUS)	7.490	7.804
Consumidor final	4.006	2.839
Outros	192	80
	84.731	64.933
Provisão para perdas de crédito esperadas	(78)	(3.938)
Provisão para glosas	(13.846)	(11.460)
Total	70.807	49.535

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber--Continuação

b) A análise das contas a receber por idade de vencimento está apresentada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer	60.185	39.877
Vencidas		
Até 30 dias	3.661	6.749
De 31 a 60 dias	2.750	4.433
De 61 a 90 dias	2.395	2.811
De 91 a 180 dias	6.260	3.136
De 181 a 360 dias	4.858	2.993
Acima de 360 dias	4.622	4.935
	84.731	64.933

c) A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	4.070
Reversão de provisão no exercício, líquidas	(132)
Saldo em 31/12/2021	<u>3.938</u>
Reversão de provisão no exercício, líquidas (i)	(3.860)
Saldo em 31/12/2022	<u>78</u>

(i) Esta variação se refere a reclassificação da provisão de PECLD do ativo circulante para o ativo não circulante, referente aos valores de Cobrança judicial (convênios) que até o momento não possuem estimativa de conclusão.

d) A movimentação da provisão para glosas é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2021	5.577
Provisão no exercício, líquidas	5.883
Saldo em 31/12/2021	<u>11.460</u>
Provisões no exercício, líquidas	2.386
Saldo em 31/12/2022	<u>13.846</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

7. Estoques

	2022	2021
Materiais para produção de órtese, prótese e materiais especiais	1.927	2.049
Materiais e medicamentos	4.326	6.611
Estoque de produtos acabados (a)	1.703	1.405
Materiais gerais (b)	655	803
(-) Provisão para perda de estoques	(54)	-
	8.557	10.868

(a) O estoque de produtos acabados é composto por materiais produzidos para dispensação de órteses e próteses, além de meios de locomoção (aparelhos ortopédicos).

(b) No grupo de materiais gerais estão alocados materiais de captação, materiais de consumo, materiais de escritório, formulários, materiais de limpeza e materiais para manutenção.

As movimentações ocorridas no período na conta de provisão para perdas de estoques estão assim representadas:

Saldos em 1º de janeiro de 2021	-
Adições	56
Reversões e baixas, líquidas	(56)
Saldos em 31 de dezembro 2021	-
Adições	54
Reversões e baixas, líquidas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	54

8. Imobilizado

	2022	2021
Custo		
Terrenos	7.675	7.650
Edifícios	81.777	86.068
Instalações	18.928	16.872
Móveis e utensílios	11.720	11.292
Equipamentos de informática	14.719	12.865
Veículos	624	606
Máquinas e equipamentos	53.893	45.736
Imobilizado em andamento (a)	59.719	13.116
	249.055	194.205
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado (b)	5.871	4.087
Importações em Andamento (c)	3.051	-
Depreciação Acumulada	(96.615)	(89.279)
Provisão encerramento unidades (d)	(708)	(6.271)
	160.654	102.742

(a) Em 2022 o imobilizado em andamento está substancialmente representado por obras e reformas que se encontram em andamento na unidade Ibirapuera (Obra de Expansão do Hospital - prazo previsto para conclusão 2º semestre de 2023 e demais obras nas unidades de Recife, Porto Alegre e Lar Escola).

(b) Em abril 2021 foi iniciada a obra de expansão do hospital, para qual foram realizados adiantamentos a fornecedores.

(c) Em 2022 a AACD iniciou o processo de importação do equipamento Lokomat utilizado para reabilitação dos pacientes no setor de fisioterapia.

8. Imobilizado--Continuação

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

- (d) Referente à provisão para encerramento da unidade (perda por redução ao valor recuperável de ativos) de Nova Iguaçu. A provisão foi constituída pois a operação da Unidade não está sob responsabilidade da AACD e há um processo em andamento sob condução do departamento jurídico para retificação da posse do Imóvel para a Prefeitura de Nova Iguaçu. A variação do período se refere a baixas das provisões das unidades de Campina Grande e São José do Rio Preto, cujos processos de transferência de posse foram concluídos em 2022.

A movimentação do saldo do imobilizado está assim representada:

	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Terrenos	7.650	-	-	-	7.650
Edifícios	85.271	94	(2.022)	2.725	86.068
Instalações	9.145	743	(319)	7.303	16.872
Móveis e utensílios	11.248	1.406	(1.362)	-	11.292
Equipamentos de informática	12.089	1.531	(755)	-	12.865
Veículos	675	236	(305)	-	606
Máquinas e equipamentos	41.069	7.377	(2.710)	-	45.736
Imobilizado em andamento	7.441	15.941	(238)	(10.028)	13.116
	174.588	27.328	(7.711)	-	194.205
Depreciações acumuladas	(85.516)	(9.662)	5.899	-	(89.279)
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado	-	4.087	-	-	4.087
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(6.323)	(1.161)	1.213	-	(6.271)
	82.749	20.592	(599)	-	102.742
	2021	Adições	Baixas	Transferências	2022
Terrenos	7.650	25	-	-	7.675
Edifícios	86.068	979	(7.080)	1.810	81.777
Instalações	16.872	1.504	(109)	661	18.928
Móveis e utensílios	11.292	697	(269)	-	11.720
Equipamentos de informática	12.865	2.810	(956)	-	14.719
Veículos	606	277	(259)	-	624
Máquinas e equipamentos	45.736	8.133	(423)	447	53.893
Imobilizado em andamento	13.116	45.009	-	1.594	59.719
	194.205	59.434	(9.096)	4.512	249.055
Depreciações acumuladas	(89.279)	(10.623)	3.287	-	(96.615)
Adiantamentos a fornecedor de imobilizado	4.087	5.849	-	(4.065)	5.871
Importações em Andamento	-	3.498	-	(447)	3.051
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(6.271)	-	5.563	-	(708)
	102.742	58.158	(246)	-	160.654

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Lei nº 15.411, de 12 de julho de 2011, autorizou o poder

8. Imobilizado--Continuação

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

executivo a doar à AACD área municipal (terreno) situada à Rua Pedro de Toledo, Vila Clementino. O referido terreno possui 13.328,77 m². A AACD aguarda a regularização da escritura em seu nome para incorporar esse terreno em seu ativo imobilizado.

Do total das adições, reconhecemos o montante de MR\$ 2.745 (MR\$ 704 em 2021), referente a doações.

9. Intangível

	2022	2021
Custo		
Softwares - sistema de gestão	11.797	11.641
Amortizações acumuladas	(10.923)	(10.397)
	<u>874</u>	<u>1.244</u>

A movimentação do saldo está assim representada:

	2020	Adições	Baixas	2021
Softwares - sistema de gestão	10.711	948	(18)	11.641
Amortizações acumuladas	(9.646)	(768)	17	(10.397)
	<u>1.065</u>	<u>180</u>	<u>(1)</u>	<u>1.244</u>
	2021	Adições	Baixas	2022
Softwares - sistema de gestão	11.641	156	-	11.797
Amortizações acumuladas	(10.397)	(526)	-	(10.923)
	<u>1.244</u>	<u>(370)</u>	<u>-</u>	<u>874</u>

10. Propriedade para Investimento

	2022	2021
Fazenda Santo André (a)	35.031	35.031
Demais Propriedades (b)	731	731
	<u>35.762</u>	<u>35.762</u>

(a) Em agosto de 2018, a Associação recebeu em doação uma fazenda, denominada "Fazenda Santo André", localizada entre os municípios de Cravinhos e São Simão, no Estado de São Paulo. A referida fazenda é objeto de contrato de arrendamento rural (concessão da terra para plantio por produtor rural), que foi renovado em 05 de dezembro de 2022 e está vigente até 31 de dezembro de 2032. A propriedade foi contabilizada ao valor justo, como propriedade para investimento no montante de R\$ 35.031, suportada por laudo emitido por empresa especializada independente, que utilizou as normas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da NBR 37.18453-3/04 da ABNT, e utilizou como premissa dados do mercado imobiliário local, que foram devidamente homogeneizados com as características próprias da respectiva propriedade. O objetivo é de obter rendimentos para aplicação nos projetos da Associação.

O valor justo da propriedade em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 92.898 (R\$ 60.602 em 2021) valor suportado por laudo de avaliação emitido pela empresa IHS Markit que utilizou as normas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da NBR 14.653-3/04 da ABNT, e utilizou como premissa dados do mercado imobiliário local, que foram devidamente homogeneizados com as características próprias da respectiva propriedade.

(b) Durante o exercício de 2018 foram transferidos do Ativo Imobilizado para Propriedade para Investimento 14 imóveis, ao valor líquido de R\$ 731 (custo amortizado), todos de propriedade da Associação, mas que são gravados com cláusula vitalícia de inalienabilidade e impenhorabilidade, e estão locados em função destas características. As receitas de aluguel geradas por estes imóveis são reconhecidas no resultado. Durante o exercício de 2022 a receita de aluguel totalizou R\$ 316 (R\$ 294 em 2021).

O valor justo estimado desses imóveis, determinado pela Administração, monta R\$ 3.968 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.144 em 2021). Como metodologia de cálculo para determinação do valor justo, a administração utilizou-se de preços médios de metro quadrado aplicados em negociações de mercado em vendas de imóveis nas regiões onde os ativos estão localizados e, quando aplicável, utilizou-se de fatores deflatores em função das condições de conservação desses imóveis.

11. Fornecedores

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fornecedores (a)	32.107	24.371
Provisão de Fornecedores (b)	513	770
Provisão de Repasse Médico (c)	2.995	3.143
	<u>35.615</u>	<u>28.284</u>

(a) Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.
(b) Referem-se principalmente a provisão de fornecedores de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME.
(c) Referem-se à provisão de repasse médico (serviços médicos prestados cujos documentos fiscais não foram emitidos).

Risco Sacado - A AACD não possui contratos firmados com instituições financeiras para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus fornecedores, portanto não tem operações de Risco Sacado.

12. Salários e contribuições sociais

	2022	2021
Provisão para férias	12.975	10.965
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	1.853	1.757
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	1.090	1.044
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	732	652
Outros	232	205
	<u>16.882</u>	<u>14.623</u>

13. Provisão para contingências

A AACD, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária e administrativa, em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão para as causas consideradas prováveis com base na opinião dos assessores jurídicos da AACD e na análise das demandas judiciais em aberto. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica. Os valores provisionados são considerados suficientes pela Administração para a cobertura de prováveis perdas e são apresentados como segue:

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

13. Provisão para contingências--Continuação

	2022	2021
Trabalhista	2.425	3.924
Cíveis	402	530
Tributária e Administrativa (a)	6.661	-
	9.488	4.454

(a) Refere-se à provisão dos processos avaliados pelo departamento jurídico como prováveis junto ao Pronas/PCD (Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência).

A movimentação da provisão é demonstrada como segue:

	Natureza das Contingências			
	Trabalhistas	Cíveis	Tributária e Administrativa	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.930	1	-	3.931
Adições	1.700	540	-	2.240
Reversões e baixas	(1.706)	(11)	-	(1.717)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.924	530	-	4.454
Adições	900	270	7.001	8.171
Reversões e baixas	(2.399)	(398)	(340)	(3.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.425	402	6.661	9.488

A AACD tem ações de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 35.970 (2021 - R\$ 35.527), sendo que este valor substancialmente está representado pelos processos de natureza tributária: nº 19515-721.097/2014-20 no valor de R\$ 19.699 (2021 - R\$18.486) referente à Contribuição Previdenciária, atualmente em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), processo nº 10314-720.784/2018-43, referente à Contribuição Previdenciária no valor de R\$ 1.394 (2021 - R\$ 1.431), processo nº 10314-720.092/2019-86, referente à Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF no valor de R\$ 3.722 (2021 - R\$ 4.145) e mais 16 processos Administrativos/tributários de menor valor que totalizam R\$ 2.460, por 35 processos trabalhistas que totalizam R\$ 3.725 e por 27 processos cíveis que totalizam R\$ 4.968.

O julgamento da ADI nº 2028, pelo STF, em 23 de fevereiro de 2017 declarou inconstitucional a alteração na Lei 8.812/91 promovida pela Lei nº 9.732/98 e determinou que a questão da regulação da imunidade tributária prevista no artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal deveria ser feito por lei complementar e não por lei ordinária. Desta forma os processos do CARF que versam sobre a questão de imunidade tributária de entidades de assistência social foram suspensos. Em 17 de dezembro de 2021 foi publicada a Lei Complementar nº 187/2021, que passou a ser a norma vigente e válida para regulamentar a imunidade das contribuições sociais, até o momento não houve julgamento dos processos da AACD que tramitam no CARF.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido

Conforme estatuto social, a AACD deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit.

Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

15. Receitas institucionais - com doações

	2022	2021
Herança (a)	115.557	188
Doações incentivadas por terceiros	43.896	46.240
Mantenedores	20.708	20.030
Patrocínio de eventos	13.303	10.467
Donativos em materiais e serviços	9.313	5.510
Doações espontâneas	7.623	7.765
Ações com empresas parceiras	4.843	2.940
Projetos patrocinados	3.016	113
Doações via 0500	1.168	1.526
Doações via site	240	643
	219.667	95.422

(a) As receitas são provenientes de formais de partilha onde o falecido (a) destina bens, recursos financeiros, ações e títulos financeiros para a AACD através de processo de inventário judicial.

16. Receitas de subvenção, convênios e termos

	2022	2021
Receitas com atividades hospitalares		
<i>Subvenção, convênios e termos</i>		
Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (a)	2.836	4.781
	2.836	4.781
	2022	2021
Receitas com atividades ambulatoriais		
<i>Subvenção, convênios e termos</i>		
Fundo Pró-Infância - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e CONDECA (b)	1.469	609
Demais subvenções, convênios e termos (c)	7.862	7.786
	9.331	8.395
	2022	2021
Receitas com atividades institucionais		
<i>Subvenção, convênios e termos</i>		
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (d)	470	429
Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) (e)	77	98
Ministério da Cultura (f)	11	176
Demais subvenções, convênios e termos (c)	482	0
(-) Dedução da receita	(337)	(9)
	703	694

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

16. Receitas de subvenção, convênios e termos--Continuação

- (a) Refere-se a verbas recebidas da Secretaria Municipal da Saúde, para custeio de prestação de serviços, compra de materiais de insumos e aquisição de equipamentos para expansão dos serviços médicos assistenciais da pessoa com deficiência física e verbas recebidas da Secretaria Estadual de Saúde, referente adesão ao Programa Mais Santas Casas.
- (b) Referem-se a verbas recebidas por meio de Incentivo Fiscal, viabilizados pelos Conselhos Municipais e Estadual da Criança e Adolescente, cujos Termos de Fomento foram firmados com a finalidade de financiar o custeio e a aquisição de equipamento de Reabilitação para o tratamento da pessoa com deficiência física na Central e na Unidade de Porto Alegre.
- (c) Referem-se a remuneração pelos serviços prestados ao Consórcio Condemat (atendimentos oferecidos pela AACD Mogi aos municípios da região do Alto Tietê, e convênios firmados com as secretarias municipais de saúde de Uberlândia, Osasco e Recife e Porto Alegre, para manutenção das unidades e subsídios para tratamento e reabilitação física de portadores de deficiência física.
- (d) Refere-se à ação compartilhada de educação especial de crianças e adolescentes, que visa à promoção do atendimento de educandos com graves deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais ou múltiplas ou com conduta típica de síndromes com comprometimentos severos, que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular, desenvolvida, dessa forma, nas unidades de educação especial.
- (e) Referem-se substancialmente a verbas recebidas pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, com a finalidade de apoio ao programa de assistência às pessoas portadoras de distrofia muscular e através da expansão do atendimento escolar.
- (f) Refere-se à verba recebida do Ministério da Cidadania, Secretaria da Cultura, para projeto de produção de um livro que contou a história do voluntariado em prol da causa da deficiência física.

17. Receitas institucionais - investimentos subsidiados

	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Subvenção para investimentos (a)	2.122	2.000
	<u>2.122</u>	<u>2.000</u>

- (a) Refere-se à depreciação dos bens adquiridos com verba pública, para atendimento ao CPC 07.

18. Receitas institucionais - outras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bazar	11.957	9.899
Demais receitas (a)	2.206	2.442
Arrendamento de propriedade para investimento	1.428	1.307
Estacionamento	451	473
Lanchonete	179	219
	<u>16.221</u>	<u>14.340</u>

- (a) Representadas por receitas com cursos e congressos, peças pré-fabricadas e reciclagem.

19. Receitas financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	57.147	12.965
Descontos obtidos	175	283
Outras (a)	6.900	64
	<u>64.222</u>	<u>13.312</u>

- (a) Representadas por receitas com ganho na venda de ações, dividendos recebidos com ações e receita de multas e juros.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

20. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a AACD identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebidos durante os exercícios de 2022 e de 2021.

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas de valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	2022	2021
Trabalho voluntário (a)	1.091	485
Conselhos e Comitês (b)	433	622
	<u>1.524</u>	<u>1.107</u>

- (a) O valor justo desta remuneração foi atribuído considerando R\$ 10,93/hora de janeiro a março e R\$ 12,11/hora de abril a dezembro de 2022 (2021 - R\$ 10,93), multiplicado pela quantidade de horas dedicada à Associação pelo seu corpo de voluntários relativos ao trabalho administrativo, em 2022 foram 67.106 horas (2021 - 32.822 horas) sendo tomada como premissa do cálculo o valor justo de um assistente administrativo, ao qual mais se assemelha com as atribuições dos voluntariados.
- (b) No trabalho desenvolvido referente aos Conselhos de Administração, Consultivo, Regional, Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, em 2022, foram 425 horas (2021 - 621 horas), tendo sido aplicado o valor de R\$ 1.000,00/hora em 2022 (2021 - R\$ 1.000,00), para valorização destas horas.

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2022 e 2021, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

21. Instrumentos financeiros

Mensuração e hierarquia dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Associação utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado, baseadas em premissas internas e observações de mercado externo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros -- Continuação

Instrumentos financeiros	Nota	31/12/2022	Método de mensuração	Nível
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	793	Valor Justo (VRJ)	2
Títulos e valores mobiliários	5	558.686	Valor Justo (VRJ)	2
Contas a receber	6	70.807	Custo Amortizado	2
Passivos				
Fornecedores		35.615	Custo Amortizado	2

Não existem variações materiais entre os valores contábeis e os valores justos destes instrumentos.

Gerenciamento de riscos financeiros

A AACD participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, risco de liquidez e riscos de mercado (juros), aos quais a Associação entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da AACD são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência dos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo da AACD caso um cliente ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - A política de gestão de risco corporativo determina que a AACD avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento assumidos.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

21.Instrumentos financeiros--Continuação

A AACD possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Contas a receber de clientes - Para mitigar esses riscos a AACD tem políticas de análise das situações financeiras e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas juntos aos convênios médicos e constituição de provisão de perdas de créditos esperadas, assim como limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Risco de taxa de juros

O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações em títulos e valores mobiliários. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixas, garante à Associação baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Associação efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros, considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI para a próxima divulgação (12,50% em 31/12/2022 – fonte: Relatório Focus BACEN), considerado como cenários de sensibilidade redução de 25% e aumento de 25% e 50% conforme avaliado pela Administração da Associação.

Instrumentos financeiros	Risco	Saldo em 31/12/2022	Cenário provável	Redução de 25%	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Caixa e equivalentes	Baixa CDI	793	892	867	917	942
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	558.686	628.522	611.063	645.981	663.40

Risco de Liquidez

É o risco em que a AACD irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da AACD.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados (quando aplicável) e excluindo o impacto de acordos de compensação:

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

	Valor contábil	Total	12 meses ou menos	1-2 anos	Mais de 2 anos
31 de dezembro de 2021					
Fornecedores	28.284	28.284	28.284	-	-
Parcelamento de impostos	531	531	127	277	127
Outras contas a pagar	614	614	614	-	-
Total	29.429	29.429	29.025	277	127
	Valor contábil	Total	12 meses ou menos	1-2 anos	Mais de 2 anos
31 de dezembro de 2022					
Fornecedores	35.615	35.615	35.615	-	-
Parcelamento de impostos	440	440	127	313	-
Outras contas a pagar	581	581	581	-	-
Total	36.636	36.636	36.323	313	-

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela AACD e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço e dispensação de produtos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da AACD.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que um dos principais componentes do custo se refere a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos em títulos e valores mobiliários com taxas que acompanham a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e fundos de renda fixa.

22. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2022 a cobertura dos seguros contratados é assim demonstrada:

Modalidade	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	357.411
Responsabilidade civil	30.100
Responsabilidade civil/risco engenharia - obra expansão hospital	202.428
Veículos	1.100
	591.039

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

23. Gratuidades concedidas

Em conformidade com os artigos 1º e 3º do Estatuto Social da AACD, em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 187/2021 e, em atendimento aos itens 13, 16, 17, 24 e 27 - letras (m) e (n) da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta o valor em gratuidade que dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2022 e 2021, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

<u>Quantidade de internações hospitalares – diárias</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
SUS	3.888	3.158
Financiamento próprio	0	3
Convênios e particulares	14.200	12.559
	18.088	15.720

<u>Quantidade de atendimentos ambulatoriais</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
SUS	336.738	330.334
Financiamento próprio	3.459	4.233
Convênios e particulares	155.091	182.108
	495.288	516.675

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes com deficiência física da AACD são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS.

O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exige a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, demonstramos com o quadro abaixo, o valor em gratuidade que a AACD dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2022 e 2021, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

Em milhares de reais	2022			2021		
	Financiamento Próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de Gratuidade	Financiamento Próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de Gratuidade
Hospital	-	36.280	36.280	36	28.826	28.826
Centro de Reabilitação	585	43.446	44.031	704	37.952	38.656
Centro de Diagnóstico	4	1.532	1.536	23	847	870
Dispensação de Órteses e Próteses	-	2.564	2.564	4	2.888	2.892
Total de Gratuidade	589	83.822	84.411	767	70.513	71.280

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

24. Imunidade tributária

O patrimônio, a renda e os serviços da Associação são imunes à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado por meio da sua escrituração contábil.

Em 25 de outubro de 2021 a entidade protocolou o pedido para a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Área da Saúde – CEBAS, cujo deferimento foi publicado no Diário Oficial da União em 30 de janeiro de 2023 (Portaria nº 49, de 25 de janeiro de 2023) e está vigente de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

25. Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está apresentada conforme segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contribuição patronal de INSS	23.571	21.073
Risco de Acidentes de Trabalho (RAT)	1.148	1.055
Outras (SESC, SESI, SENAC, etc.)	6.836	6.111
	<u>31.555</u>	<u>28.239</u>

26. Declaração de conformidade dos Superintendentes

A Superintendência declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes.

Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações financeiras correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.